

A “ZONA” É UMA ZONA? SOCIABILIDADES NOS PROSTÍBULOS DE CAMPINA GRANDE (1930-1960)¹

Uelba Alexandre do Nascimento²

No final do século XIX para início do século XX, o Brasil passava por mudanças nas suas principais cidades, São Paulo e Rio de Janeiro, e essas mudanças se caracterizavam por pretender tornar as cidades mais belas, higiênicas e modernas, inspiradas nas reformas de Paris empreendidas pelo Barão de Haussman.³

As mudanças que transformaram as cidades vieram acompanhadas também de mudanças nos hábitos, nas relações sociais e culturais das pessoas. Campina Grande, entre os anos 1930 e 1960 também passava por mudanças, com suas especificidades de cidade do interior do Nordeste, e elas, entre outras coisas, visavam modificar o aspecto do centro da cidade, onde existiam varias ruas labirínticas, becos e esgotos a céu aberto, o que não correspondia, para as elites campinenses, com a visão de empório comercial que Campina tinha desde a sua formação.⁴

As elites e os letrados de Campina viviam pedindo constantemente às autoridades governamentais para sanear a cidade, dar um aspecto melhor para o centro comercial, no intuito de atrair mais gente, tornando a cidade mais agradável aos olhos das pessoas, atrair mais negócios e movimentar mais a cidade, tornando-a “moderna”.⁵

Os anseios das elites parecem ter sido atendidos em parte nos anos 1940, quando o prefeito Vergniaud Wanderley iniciou as reformas do centro da cidade ao qual ele pretendia dar um ar mais moderno, botando abaixo os velhos casarões de estilo neocolonial, que lembrariam um passado de atraso e substituindo-os por modernos edifícios em art-decô.

Dentro dessas mudanças ocorridas no aspecto físico da cidade, vamos encontrar a zona de meretrício de Campina participando desse contexto político, mas também econômico, social e cultural.

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “A Cidade em Diferentes Olhares”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduada em História pela UFCG e mestranda em Sociologia pela UFCG/UFPB.

³ Sobre as reformas empreendidas no Brasil no final do séc. XIX ver SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira Republica**. São Paulo: Brasiliense, 3ª.edição, 1989.

⁴ Para melhor compreender estas mudanças no centro da cidade de Campina Grande, ver SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. **Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande 1920-1945**. Doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2001.

⁵ O cronista Cristino Pimentel, que viveu na cidade neste período, é um dos exemplos mais fortes do desejo que as elites tinha de “modernização” de Campina e quase todas as suas crônicas estão voltadas para reivindicar melhorias para a cidade. Sobre as crônicas de Cristino Pimentel ver SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. “*Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em Crônicas*”. IN: **A Paraíba no Império e na Republica: Estudos de Historia Cultural e Social**. João Pessoa: Idéia, 2003, p.133-184.

Inicialmente, durante a década de 1920, a zona funcionava na atual rua Major Juvino do Ó, antiga 4 de Outubro, que era conhecida pelos populares como “Rói Couro”. Com as reformas ocorridas no centro da cidade a zona foi transferindo-se para as proximidades da feira central, entre as ruas Marcílio Dias, 12 de Outubro (atual Carlos Agra), Quebra Quilos e Manoel Pereira de Araújo, que comportava os melhores cabarés da cidade, ficando conhecida por “Rua Boa”. Segundo alguns memorialistas, a rua era **“um esplendoroso mercado de luxurias, que sobrevivia graças a um tipo de comercio confiscado pelas leis divinas, mas legalizado pela liberdade inconsciente dos humanos.”**⁶ A zona permaneceu forte ali até o final da década de 1940, quando o comercio do algodão entrou em decadência. Logo se transferiu novamente para o centro, para a região conhecida como Boninas, onde lá permaneceu por volta das décadas de 1950, 1960 e 1970, mas sem o mesmo encanto dos anos anteriores⁷. Hoje, os locais de prostituição se localizam nas ruas Índios Cariris, João Pessoa, João Suassuna e imediações, além do local conhecido como feira das galinhas, na feira central, que congregam locais e pontos de prostituição na cidade. A zona de meretrício em Campina Grande, conhecida até os anos 1950 como **Mandchúria**⁸, era um bairro constantemente nomeado como violento pelos discursos dos letrados e juristas da época, que viam a zona apenas como um local de prostituição, de desregramento, de libertinagem e, portanto, perigoso. Esses discursos eram elaborados para afastar, ou pelo menos tentar, os homens daquele local. Mesmo assim, a Mandchúria era um bairro bastante requisitado pelos populares porque lá se encontrava de tudo: jogo, bebida, dança, uma boa conversa e, é claro, mulheres.

Mas não era só do comercio sexual que vivia a Mandchúria. Lá também havia locais de moradia, de prestação de serviços como barbearias, padarias e mercearias. Era também local de conflitos, visto a diversidade de pessoas que o freqüentava, indo desde o boêmio até o homem mais rico da cidade, sem falar em políticos e policiais.

A Mandchúria atraía por seu ecletismo, pela mistura que comportava e permitia. Talvez por isso, por essa característica que lhe era tão peculiar, os homens sentiam-se tão atraídos e seduzidos pelo “ar da zona”.⁹ Ela tinha seu charme, seu “quê “ de pecado, de proibido, que os homens gostavam de sentir: o cheiro e a presença das mulheres que eles desejavam ou sonhavam ter.

⁶ DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: Eletrônicas, 1993, vol. 1, p. 551-552.

⁷ Sobre os divertimentos e locais de prazer na cidade entre 1940 e 1970, ver SOUZA, Antonio Clarindo B. de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Doutorado em História. Recife: UFPE, 2002.

⁸ Mandchúria foi como ficou conhecida a região da feira central que foi povoada pelas meretrizes quando elas foram expulsas da Major Juvino de Ó para um local mais afastado do centro. Foi dado este nome porque neste momento ocorria a invasão dos japoneses a região chinesa da Mandchúria, por volta 1931, daí a associação.

⁹ Sobre a sedução que a zona de meretrício exercia nos homens que viveram entre as décadas de 1930 e 1950, ver depoimento de Zito Napy em DINOÁ, Ronaldo. *Ops. Cit.*, vol. 2, p. 549-555.

No auge da produção algodoeira, nos anos 30 e 40, um dos locais mais freqüentados pelos populares e boêmios, homens de classe média e alta, foi a Manoel Pereira de Araújo, onde existia os melhores cabarés da cidade, dentre eles o célebre Cassino Eldorado.

O Eldorado foi construído no ápice do comércio do algodão pelo amante de uma dona de “pensão alegre”, chamada Carminha Villar, de nome João Veríssimo de Sousa, no ano de 1937. Carminha, que já tinha viajado ao Rio de Janeiro e provavelmente conhecido os melhores bordéis daquela cidade, com uma visão empreendedora, cria o Eldorado com regras de comportamento, bebidas finas, mulheres bonitas e educadas, visando dar aos grandes comerciantes de Campina Grande e região um lugar de diversão “chique”, onde eles pudessem gastar o dinheiro, obtido com o comércio do “ouro branco”, com tudo do bom e do melhor. Segundo Hilário Tácito, é essa visão empreendedora que faz com que Madame Pommery¹⁰ monte um bordel chique e de alto nível na cidade de São Paulo, na década de 1920, inaugurando a era da indústria capitalista do sexo.

Como Campina estava crescendo e se “modernizando”, era preciso um local que comportasse toda a opulência dos comerciantes do algodão, que participavam do mundo da prostituição e que muitas vezes levavam para suas casas hábitos alimentares e certos comportamentos vivenciados nos cabarés elegantes, assim como também levavam para eles hábitos e costumes presentes nos salões de festas das elites locais. Esta circularidade de costumes e práticas favorecia para que o Eldorado fosse um tipo de representação de algo “moderno”, tanto para suas “funcionárias” quanto para seus habitues, se (re)apropriando dos costumes e práticas vivenciados na sociedade para (re)criar um ambiente de civilidade.

As meninas que “faziam salão” no Eldorado se reapropriavam dos padrões culturais da época, principalmente como falar, como se vestir e como estar nos ambientes, numa demonstração de que não estavam a margem da sociedade e das mudanças que ocorriam nela, pois em tudo se fazia questão de estar sempre a par da moda francesa, apesar de chegar aqui com um certo atraso.

Um exemplo disso era o modo como as pessoas se vestiam. As “damas da noite” que lá moravam vestiam um *soirè* longo e vistoso, calçando sapatos finos e deviam estar muito bem penteadas, maquiadas e perfumadas para as noitadas no salão. Segundo as memórias de Nina, uma das funcionárias do Eldorado, as meninas eram muito bem disciplinadas, educadas, não diziam palavrão e não discutiam entre si, pelo menos não em público, pois **“... todo mundo [deveria estar] elegante para tornar o ambiente sadio e bom.”**¹¹ Os

¹⁰ “Madame Pommery” é a personagem e nome do livro de Hilário Tácito sobre o qual Margareth Rago comenta em “Os Prazeres da Noite” comparando-a com uma grande *caffina* de São Paulo que montou um dos bordéis mais chiques da cidade, o Palais de Cristal. RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; TÁCITO, Hilário. **Madame Pommery**. São Paulo: Ática, 1998.

¹¹ Entrevista com Severina Carmem de Sousa, a Nina do Eldorado, concedida a Ronaldo Dinoá para o livro Memórias de Campina Grande, op. Cit. , p. 567.

homens também seguiam as regras que eram bastante rígidas: só se entrava no Eldorado, durante a semana, de paletó e gravata e nos fins de semana era traje a rigor. Mas essa é uma construção das memórias de quem viveu o período áureo do Cassino. Essa harmonia nem sempre existia, pois como tantos outros cabarés e casas de pensão alegre, o Eldorado também convivia com brigas, assaltos e até mortes, como dizia Zefa Tributino “...**vez por outra era um tiro, uma punhalada.**” (DINOÁ, Ronaldo:1993, p.559)

O comercio do algodão, que estava no auge, ajudava o Eldorado a ser uma das melhores casas noturnas do Norte-Nordeste, e permaneceu assim até a administração de Zefa Tributino, que o comprou de Carminha Villar em 1941 e o administrou até 1947, quando já apresentava certo declínio.

Mas na Manoel Pereira de Araújo não existia apenas o Cassino Eldorado. Havia outras casas noturnas mais simples que acolhia os populares. E esses locais eram considerados como locais de desordem e bagunça, tanto aos olhos da sociedade como das “meninas” do Eldorado. Mas o que muitas pessoas não percebiam é que internamente existiam códigos morais e éticos que regiam aquele mundo, códigos que delimitavam espaços, hierarquias e que diziam respeito também às praticas sexuais “destoantes” do senso comum.

Sabemos que havia certos centros de diversão e prazer mais organizado, higiênico e estruturado do que outros, assim como também havia determinado padrão de conduta a ser seguido pelas meretrizes. Um desses padrões era a forma de se expressar.

No Eldorado, por exemplo, não era permitido dizer palavrões, mas percebemos que estas expressões faziam parte do cotidiano da prostituição, principalmente quando havia desentendimento entre elas. Nos processos que envolvem meretrizes, observamos que em seus depoimentos há certa diferença nos discursos, em que umas se mantêm num nível “mais decente” do que outras.

Apesar das palavras serem filtradas pelo saber jurídico, podemos entender que essas falas podem ter sido deixadas assim propositalmente, para aquele que fosse ler o processo tivesse a capacidade de distinguir entre a prostituta considerada de “má conduta” e que gostava de “bagunçar” os ambientes e as prostitutas de “boa conduta” que exercia seu trabalho dentro de uma norma estabelecida informalmente pela justiça, na qual elas sabiam qual era o “seu lugar” na sociedade.

Na verdade, criaram-se regras e delimitações para as “meninas” através do saber jurídico, e não só por ele, mas também pelos letrados de Campina Grande como um todo, que classificamos como a imagem da “prostituta ideal” em contraponto a da “prostituta real”. Letrados, policiais e juizes agiam assim porque se baseavam em tratados médicos que procuravam impor regras de comportamento para as meretrizes¹². Mas isso não quer dizer que as “meninas” seguiam esses códigos do jeito que a justiça desejava: elas muitas vezes

¹² ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

utilizavam-se deles apenas quando lhes convinha. De acordo com Michel de Certeau, “**a presença e a circulação de uma representação não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários**”¹³. Dessa forma, mesmo sendo criadas representações de como deveria ser exercido o meretrício, as formas de fazê-lo pelas prostitutas eram bem diversificados, ora se aproximando ora se afastando daquele ideal que o saber jurídico e o saber médico desejavam.

Essas regras foram criadas pela teoria regulamentarista, surgida na Europa no séc. XIX pelos médicos sanitaristas, que visavam controlar a prostituição higienizando os bordéis e as prostitutas, no intuito de evitar a proliferação de doenças venéreas que o homem levava para casa, contaminando a esposa. Esse controle se dava através das ações policiais, fichando as prostitutas na delegacia, e dos médicos que as visitavam mensalmente, e, caso estivessem doentes, eram prontamente levadas e internadas em hospitais. Essas medidas foram tomadas na Europa porque os médicos acreditavam que as prostitutas eram o foco transmissor das doenças sexuais e da perversão e, portanto, a negação do ideal de civilização que os burgueses almejavam.

Margareth Rago afirma que toda essa perseguição sofrida pelas prostitutas estava baseada nas teorias científicas do séc. XIX que atestavam a inferioridade física e mental da mulher em geral, e da prostituta em particular, além desta ser considerada uma “degenerada nata”.¹⁴

Desta forma podemos entender o quanto as meretrizes foram perseguidas e vigiadas pela polícia, que a todo custo queriam devassar suas vidas particular e publica. Isso também explica o porquê do regulamentarismo não ter dado certo, pois muitas das “meninas” fugiam e burlavam o fichamento na polícia e as visitas médicas, numa atitude clara de desvio e da não aceitação dessa verdadeira “devassa” de suas vidas.

Dentro do universo da Mandchúria havia também certa hierarquização entre as “mulheres dos populares” e as “prostitutas chiques”, onde as que trabalhavam no Eldorado eram vistas com certo despeito pelas outras porque lá se ganhava mais, se conhecia e se relacionava com gente poderosa da cidade, além de certa preferência pelo público masculino.

Não só o Cassino era cobiçado pelas prostitutas mais simples, mas outros estabelecimentos que, embora não tivessem seu status, eram bastante organizados e bem freqüentados, como a Pensão Moderna, de Zefa Tributino, que funcionava antes do Eldorado e continuou depois, até o Cassino ser vendido por Carminha Villar.

Esse “despeito” gerava conflitos entre as mulheres, que aos olhos da justiça apareciam como “questões de somenos importância”, mas que podiam adquirir uma dimensão moral e ética muito forte entre as prostitutas.

¹³ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 5ª. Edição, 2000, p. 40.

¹⁴ RAGO, Margareth. Op. Cit., p. 141.

Num dos processos pesquisados¹⁵, a meretriz Judite Fernandes da Silva, solteira, 25 anos, doméstica, filha de Honório Cavalcanti e Julia Braz Torres, residente na Manoel Pereira de Araújo, analfabeta, é acusada de soltar pilherias e insultar Dulcinéia Nunes Oliveira, conhecida por Baiana, natural do Juazeiro da Bahia, solteira, 30 anos, doméstica, filha de Venceslau Nunes e Maria Nunes de Oliveira, também meretriz e residente na Manoel Pereira de Araújo, nº 63, alfabetizada. Ambas freqüentadoras do Eldorado, já na sua fase de decadência. Judite teria pilheriado Baiana de “bundeira e chupadeira”.

Se para as prostitutas hoje ainda há certa resistência com determinadas praticas sexuais, naquela época estas praticas eram tidas e vistas com profundo desprezo pela sociedade e pelas próprias meretrizes. Esta possível acusação de uma pratica de sexo anal e oral era considerado como um insulto por elas. Daí o motivo da agressão de Baiana.

Magali Engel afirma que essas praticas eram consideradas como perversão sexual, depravação, e que a prostituta que praticasse esse tipo de sexo era considerada “anti-higiênica pelo discurso médico porque o sexo anal e oral era visto como “antinatural e antífísico”¹⁶.

Ainda nos anos 1940 em Campina Grande, assim como no Rio de Janeiro nos anos 1910 estudados por Engel, as praticas higiênicas eram bastante cobradas tanto pelos médicos quanto pelo próprio código de conduta moral da “sociedade moderna”. Pode parecer estranho, mas as “meninas” tentavam de certa forma seguir esses códigos, mas ao seu próprio modo, ou seja, apropriando-se das normas vigentes. Muitas delas adequavam-se ao modelo-padrão de conduta sexual definido pelos médicos e incorporado ao senso comum, que era o típico “papai-mamãe”.

Apesar de haver as que se enquadravam, outras destoavam do senso comum, mas não de forma explicita, porque isto poderia lhes prejudicar, visto o preconceito existente tanto na sociedade quanto entre elas mesmas, mas de forma implícita, podendo cobrar a mais pelo serviço ou mesmo fazer porque gostavam e sentiam prazer. Mas esse tipo de sexo, mesmo praticado implicitamente por algumas, jamais poderia ser denunciado em publico.

Margareth Rago afirma que as prostitutas francesas, por exemplo, radicadas em São Paulo nas primeiras décadas do século XX, eram conhecidas pelas suas praticas exóticas, pelo sexo diferente que faziam, sendo preferidas em detrimento as brasileiras.¹⁷

No depoimento de Nina, uma das “funcionarias” do Eldorado, percebemos que a preferência pela pratica do “papai-mamãe” era quase unanimidade em detrimento de outras posições que, segundo suas memórias, eram desconhecidas por elas: **“naquele tempo, era papai-mamãe e acabou-se a história. Esse negócio de mulher com mulher, como a gente vê**

¹⁵ Ação Penal nº 47, maço 22/02/1946 à 25/11/1946.

¹⁶ ENGEL, Magali. Op. Cit., p. 72.

¹⁷ RAGO, Margareth. op. Cit., p. 80.

hoje em dia, não existia naquela época não.¹⁸ Outra funcionaria do Eldorado, Maria Garrafada, percebemos mais explicitamente o preconceito e o “desconhecimento” de outras práticas: **“era papai-mamãe, porque naquele tempo não existia cachorrada não. Agora é que estamos na devassidão do mundo.”**¹⁹

As duas “damas da noite” do Eldorado esquecem, porém, que elas vivenciaram um ambiente diferente do cotidiano da prostituição nas ruas de Campina Grande. Elas poderiam não praticar outras posições sexuais, mas quem pode nos garantir que entre quatro paredes, seja do Eldorado ou de um pequeno casebre a margem do Riacho das Piabas, não se praticava o sexo considerado anti-higiênico? A vergonha e o pudor, que são próprios de uma época, fecharam as portas e lacraram as janelas da memória daquelas mulheres e homens que hoje jazem esquecidos nos cemitérios, mas que deixaram uma fração de suas vidas marcadas nos processos criminais ou nas lembranças dos memorialistas.

As possíveis práticas sexuais de que Baiana era acusada de praticar, servem como exemplo para quebrar essa imagem de que “naquele tempo não existia cachorrada” e que poderia haver sim outros tipos de praticas sexuais, pois as meretrizes usavam seu espaço de liberdade, entre quatro paredes, para fazer, satisfazer, realizar e sentir prazer da forma que quisessem.

Diante disso, percebemos o quanto havia preconceitos e barreiras dentro da zona de meretrício, o que demonstra que nesse ponto ela não se torna tão diferente do restante da sociedade e que não era um local “tão livre” como muitos pensavam.

Isso parece confirmar que praticas destoantes do senso comum podiam estar dentro dos códigos que regiam o mundo da prostituição tanto em Campina Grande quanto em São Paulo ou no Rio de Janeiro onde havia uma rede de comercialização do sexo bem maior e mais organizada do que em Campina.

O interessante do processo pesquisado é que a agressão física sofrida por Judite girava em torno de duas palavras que ela proferiu contra Baiana: “bundeira e chupadeira”. Como explicitamos, as implicações médicas e morais das práticas sexuais destoantes assumiam, no mundo da prostituição, um significado muito forte.

A pilhéria, motivo de agressão de Baiana, tinha a conotação de agressão moral. Antes mesmo de espancar Judite na frente de sua casa, Baiana gritou: **“puta, sem-vergonha, tu não diriges mais pilherias a mulheres”**, e se atracou com ela.

Esta frase de Baiana, ofendida e agressora, nos dá três dimensões interpretativas, tanto do seu gesto de bater quanto no de proferir aquelas palavras: primeiramente, percebemos a agressividade presente no cotidiano das “meninas” no intuito de demarcar espaço de privacidade que estava sendo invadido; segundo, essa agressividade, que é utilizada para

¹⁸ Entrevista com Severina Carmem de Sousa, a Nina, concedida a Ronaldo Dinoá, op. cit., vol.2, p. 570.

¹⁹ Entrevista com Maria do Carmo Barbosa, a Maria Garrafada, concedida a Ronaldo Dinoá, op. cit., vol.1, p. 558.

demarcar privacidade, também é utilizada para defender a “honra” e a “reputação” que estava sendo abalada naquele momento; e terceiro, porque essa “honra” e “reputação” estava sendo descortinada deixando cair as vestes da “prostituta ideal”, roupagem feita pelo senso comum, transparecendo a nudez da “prostituta real”, aquela que faz o sexo que embaraça e que deixava as faces ruborizadas. Assim, mesmo num ambiente tido como “desonrado”, as “mulheres da vida” possuíam códigos de honra.

Uma das amigas de Baiana, Maria José de Farias, natural de Surubim (PE), solteira, 26 anos, filha de José Leite Farias e Maria Barbosa de Farias, doméstica, residente na Manoel Pereira de Araújo, nº63, alfabetizada, confirma que esta possível característica sexual e peculiar da amiga tinha ficado no passado e naquele momento ela era uma pessoa bastante honrada: “(...) **Baiana, ultimamente, vem se mantendo numa linha de conduta exemplar e que sabe que, anteriormente, Baiana era muito avoadá**”. (grifos meus)

Percebe-se, não só neste depoimento como no das outras amigas de Baiana, que a questão da conduta exemplar é muito forte. Podemos afirmar que esta seria uma tentativa de incorporar o discurso normatizador, mas também de negá-lo, tentando burlar as normas vigentes e esconder suas outras faces e posturas: mulher que deseja e faz, quer seja por dinheiro, por prazer ou simplesmente que não fazia porque não queria.

Michel de Certeau chamaria essas práticas de cultura ordinária, em que a “**ordem é exercida por uma arte, ou seja, ao mesmo tempo exercida e burlada**”²⁰. São essas faces e posturas diversas que inventam e reinventam o cotidiano da prostituição, principalmente no que diz respeito a conduta que cada uma delas tinha que exercer. Neste sentido, analisando a linguagem ordinária presente no depoimento das prostitutas nos processos, podemos conhecer as diversas formas que as prostitutas utilizavam para burlar as normas, além de saber um pouco mais do cotidiano e das práticas que foram (re)inventadas por elas nos seus espaços de sociabilidade.²¹

Esta preocupação das “meninas” com a conduta tinha sentido porque elas precisavam demonstrar que estavam “obedecendo” as normas vigentes, caso contrário, elas seriam marcadas pela imprensa, polícia e juristas, que apesar de expressarem normas de comportamento diferenciado para as prostitutas, devido ao modo divergente como cada grupo se relacionava com elas, todos tinham um único objetivo: impor regras de conduta para serem seguidas e as “mundanas” que não se incorporasse, seriam reprimidas.²²

²⁰ CERTEAU, Michel. Op. cit., p. 20.

²¹ Idem, p. 70-71.

²² Cristiana Schettini afirma que a repressão às prostitutas era muito comum no Rio de Janeiro no final do séc. XIX e início do XX, visto que muitas delas ignoravam as imposições, burlando as normas. Além disso, cada grupo social relacionava-se de forma diferente com as prostitutas, cada um delimitando pressupostos sobre maus e bons comportamentos e modos de exercer a prostituição. PEREIRA, Cristiana Schettini. **Experiência de Prostituição e Exclusão Social no Rio de Janeiro (1870-1917)**. Doutorado em História Social, abril de 1997 (projeto).

Apesar das prostitutas serem perseguidas e classificadas como desordeiras, em alguns momentos elas conseguem trocar de papéis com os agentes da lei, como por exemplo, os guardas noturnos.

Em alguns processos pesquisados²³, guardas noturnos espancam populares e matam um homem na zona de meretrício, provocando uma algazarra no local. Batem na porta de uma meretriz, atiram e ferem a mesma na coxa. Na ação criminal, o depoimento das “meninas” é de indignação e elas denunciam a falta de respeito dos guardas para com elas e os moradores da Mandchúria. Elas denunciam que ao invés dos guardas cumprirem suas tarefas protegendo as ruas da cidade e manter a ordem, cometia todo tipo de desordem naquele local. As prostitutas querem mostrar que não é porque a zona de meretrício é um local onde se comercializa desejos que os agentes da lei, ou qualquer outra pessoa, se dirija para lá no intuito de provocar desordem.

Mesmo sendo “mulheres da vida”, antes de tudo eram cidadãos que pela Constituição tinham direito de ser respeitadas e de terem privacidade. Ou seja, a lei estava sendo ferida e não era por elas, que geralmente eram classificadas como “desordeiras”, mas pelos próprios agentes da lei: os guardas noturnos. Em seus depoimentos, elas realizam uma ótima inversão de papéis, o que a justiça é obrigada a considerar, mas não admite.

O próprio chefe da guarda noturna de Campina Grande, Sargento Nelson, estava envolvido no caso, sendo complacente com os agressores²⁴, deixando impune uma serie de crimes que eles haviam cometido naquela madrugada e permitindo que os mesmos se evadissem da cidade, para nunca mais voltar.

Além do descaso, as autoridades policiais foram coniventes com a violência dos guardas noturnos, chegando o Sargento Nelson a explicitar isso para um popular, afirmando: **“a ordem é para matar quando qualquer desordeiro alterasse contra os guardas.”**

Os “desordeiros” eram populares que estavam conversando e comendo picado no pátio da feira quando os guardas chegaram para “dispersar a multidão”. Pessoas simples, que estavam ali para se divertir ou esperando o dia seguinte para trabalhar. Esses eram os “desordeiros” do Sargento Nelson...

Diante de tudo isso, os populares só podiam generalizar, se tornando descrentes de um sistema que deveria promover a ordem, mas que, no entanto, semeava a desordem dentro de um bairro tão estigmatizado e que o olhar externo classifica como “sem regras”. Todavia, internamente, aquele espaço tinha seus próprios códigos morais e éticos bem peculiares. Aquele mundo, tão misterioso, singular e cheio de tensões, paixões, desejos e conflitos, mal

²³ Maço 06/05/1955 à 01/12/1955, ação criminal nº 3206. Neste processo, guardas noturnos de Campina Grande espancaram populares e mataram um homem na Mandchúria, na noite de 11 para 12/03/1955, sexta para sábado, a 01h00min da madrugada. Vale salientar que sábado é dia de feira e, por ser fim de semana, as pessoas circulavam mais na cidade, especialmente homens, em busca de diversão e trabalho no dia seguinte.

²⁴ Foram constatadas a presença de oito guardas naquela noite, sendo que apenas três foram identificados e indiciados: Edmilson de S. Justo, Manoel da S. Sobrinho e Leônidas F. da Costa.

ou bem resolvidos, era a Mandchúria, zona de meretrício de Campina Grande, local onde homens e mulheres podiam exercer suas “**vontades, dizer meias verdades, sempre a meia luz**”. (Folhetim, música de Chico Buarque).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 5ª. Edição, 2000.
- DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande: Eletrônicas, 1993, vol. 1 e 2.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira Republica**. São Paulo: Brasiliense, 3ª.edição, 1989.
- SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. **Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande 1920-1945**. Doutorado em História. Campinas: UNICAMP, 2001.
- SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. “*Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em Crônicas*”. IN: **A Paraíba no Império e na Republica: Estudos de Historia Cultural e Social**. João Pessoa: Idéia, 2003, p.133-184.
- SOUZA, Antonio Clarindo B. de. **Lazeres Permitidos , Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Doutorado em História. Recife: UFPE, 2002.
- TÁCITO, Hilário. **Madame Pommery**. São Paulo: Ática, 1998.

RESUMO

A prostituição é uma temática que tem ganho cada vez mais espaço nos escritos de historiadores. Mas a zona de meretrício, vista a partir de seus códigos e das relações sociais que lá são vivenciadas é pouco estudada. Ainda mais porque há uma imagem da zona como local de permanente desordem e conflitos. Nessa comunicação, temos por objetivo mostrar que o local que se denominou “zona de meretrício” em Campina Grande, Paraíba, entre 1930 e 1960, tinha seus próprios códigos de convivência, além de outras práticas de sociabilidades para além daquelas que fazem crer um certo discurso moralista. Para adentrar o mundo dos prostíbulos em Campina Grande utilizamos processos criminais que nos ajudam a compreender como homens e mulheres viviam cotidianamente na zona do meretrício num momento em que a cidade passava por significativas transformações urbanas.

Palavras-Chave: zona de meretrício, prostituição, cidade, sociabilidade.